



**EXTENSÃO
RESUMO EM ANDAMENTO**



5938791 CIDADANIA NA TERCEIRA IDADE: O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL NO TERRITÓRIO PAULO FREIRE

Natalia Rocha de Moraes, Miguel Rosado de Araújo, Josileyne de Oliveira, Fernanda Rodrigues dos Santos, Silemar Medeiros da Silva, Eduardo Ghisi Victor, Elizabeth Maria Campanella de Siervi, Aline Eyng Savi

Universidade do Extremo Sul Catarinense/Avenida Universitária, N.1105, Bairro Universitário, Criciúma/SC-Brasil.

A legislação brasileira apresenta como idoso a pessoa com 60 anos ou mais. No entanto, estudos apontam que as marcas etárias não são suficientes para traduzir o processo de envelhecimento. Através da análise das três determinantes do envelhecimento - ambientais (restrições com o meio), psicológicas (saúde mental) e biológicas (inerentes ao corpo físico) - a forma como uma pessoa envelhece apresenta-se como a combinação desses determinantes. O envelhecimento poderá ser tranquilo ou não, de acordo com as capacidades funcionais e mentais que a pessoa mantém. Envelhecer acarreta mudanças no organismo e, na maioria das vezes, o aparecimento de algumas doenças e limitações físicas e mentais. Entre as alterações relacionadas, pode haver perda da comunicação e desajuste psicossocial devido a situações vivenciadas. Todas as mudanças podem resultar em riscos ao bem-estar psicológico e à boa qualidade de vida. Porém, na medida em que determinantes biológicos, ambientais e psicológicos influenciam o processo de envelhecimento humano, é importante observar que aspectos positivos individuais - como a autoestima - e sociais - como o suporte familiar - agem com o objetivo de protegê-lo das situações de risco vivenciadas. Os impactos dessas transformações de natureza demográfica, econômica e especialmente social implicam em grandes mudanças na sociedade mundial, e no Brasil não é diferente, com reflexo direto sobre o trato para com a pessoa idosa e seus direitos de cidadania, o que se estende às estruturas dos serviços, aos programas de saúde e à prática profissional. Nesse sentido, o Projeto de Extensão visa trabalhar nos três fatores determinantes do envelhecimento: aspectos ambientais, psicológicos e biológicos, reunindo os cursos de: Arquitetura e o Urbanismo; para discutir o ambiente construído e suas adaptações para as restrições físicas inerentes; de Artes Visuais ampliando as possibilidades de melhor atender à saúde mental do idoso ativo; e por fim, de Fisioterapia estimulando a atividade física como prática cotidiana, em detrimento ao sedentarismo. O projeto está em consonância com as ações de fortalecimento das políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil e vislumbra numa escala local, contemplar as necessidades dos idosos no recorte, e numa escala maior (conceitual), alcançar cidadania. Propõe-se ações de socialização; do conhecimento acadêmico das áreas citadas, por meio de discussões acerca da temática do envelhecimento e seus fatores determinantes (ambiente, psicológico e biológico) e de atividades práticas que estimulem encaminhamentos de alternativas aos problemas enfrentados pelo público alvo. A metodologia participativa, mediante a troca de experiências acerca do tema e suas três esferas, está apoiada em referenciais, especialmente o educador Paulo Freire. É importante ressaltar que o projeto de extensão se encontra em seu primeiro trimestre, realizando atividades de aproximação com o tema, o público alvo e o recorte.

Palavras-chave: Cidadania, Envelhecimento, Arquitetura, Artes Visuais, Fisioterapia.

Fonte financiadora: Programa de Extensão Território Paulo Freire, Edital nº 188/2018.



7329652 OBSERVATÓRIO ACESSÍVEL – SUBSÍDIOS DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA ADEQUAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA EM PARCEIRA COM O OBSERVATÓRIO SOCIAL

Letícia Baggio, Richard Cunha Cardoso, Giovana Scheffer Maggi Ana Maria Ghellere, Haron Cardoso Fabre, Pedro Luiz Kesting Medeiros, Elaine Guglielmi Pavei Antunes, Aline Eyng Savi

Universidade do Extremo Sul Catarinense/Avenida Universitária, N.1105, Bairro Universitário, Criciúma/SC-Brasil.

O Observatório Social é uma instituição não governamental, com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública. Em Morro da Fumaça, sul de Santa Catarina, estruturase em diferentes núcleos, e um deles é a fiscalização das edificações. Desse núcleo surge a demanda do projeto de extensão: o levantamento das condições de acessibilidade espacial das escolas públicas municipais; para posterior cobrança de reformas pelo Observatório Social junto ao poder público. Destaca-se que a realidade desses edifícios no município é de edificações adaptadas, geralmente quando são matriculados alunos com deficiência, e muitas vezes, as adequações são equivocadas e não respeitam as normas técnicas brasileiras. Além disso, se considerar a acessibilidade não apenas no âmbito espacial, incluindo as barreiras atitudinais, o quadro se agrava. A inclusão escolar deveria implicar, entre outros, em infraestrutura física e operacional compatíveis com a capacidade de as diferenças diferirem, mas com efeito, alcançarem um modelo universal com o mínimo de exclusões. Na situação das escolas, registra-se que os marcos legais históricos e as normativas atuais são dois dos motivos para o crescimento nas matrículas. Ainda que lentamente, o Brasil avança segundo dados do último Censo Escolar da Educação Básica divulgado em 2017. Há de se considerar, contudo, que o número de evasão escolar é expressivo e entre os motivos, está a dificuldade posterior, de inclusão escolar e também, de acessibilidade espacial. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência corrobora para o entendimento da importância do estudo da acessibilidade espacial nas escolas, trazendo a ideia que a limitação de uma pessoa é determinada também, pelo ambiente. Nesse sentido, a acessibilidade significa bem mais do que apenas poder chegar ou entrar num lugar desejado. É situar-se, orientar-se no espaço e compreender o que nele acontece, sem precisar ser auxiliado. Em consonância com ações de fortalecimento das políticas públicas na área de inclusão escolar no Brasil e vislumbrando numa escala local, contemplar a demanda do Observatório Social e conseqüentemente da sociedade fumacense, o objetivo é o levantamento das condições de acessibilidade espacial das escolas, incluindo um piloto com processos de investigação e produção de novas tecnologias no design de brinquedos educativos e inclusivos. O projeto integra os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Design de Produtos e Engenharia Civil, o Observatório Social e a comunidade escolar. A estratégia metodológica participativa estabelece: “Oficinas de Integração” para atividades de formação temática, coleta de dados e sistematização de conhecimentos; e “Seminários de Socialização” dos resultados. É importante ressaltar que o projeto de extensão se encontra em seu primeiro trimestre, realizando atividades de aproximação com o tema, o público alvo e o recorte escolar.



Palavras-chave: Observatório Social, Escolas Municipais, Acessibilidade Espacial, Tecnologia Assistiva, Brinquedos Inclusivos.

Fonte financiadora: Edital n.º 101/2018 - Projetos de Extensão/UNESC



5715580 ESCRITÓRIO MODELO INTERDISCIPLINAR DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – EMI PROJETO DE ESPAÇO PÚBLICO NO BAIRRO NOVA YORK - FORQUILHINHA, SC

**Eloiza Neves, Sara Arns Camilo, Jobert Ramos Júnior, João Otávio Damázio,
Mateus Filisbino, Jardel da Silva Serafim, Evelize Zancan, Vanildo Rodrigues e
Jorge Luiz Vieira**

Instituição (LABPROJ, Projeto De Extensão Escritório Modelo Interdisciplinar De Assistência Técnica, Curso De Arquitetura E Urbanismo, Curso De Engenharia Civil E Curso De Engenharia De Agrimensura, UNESC)

O projeto de extensão desenvolvido através do Escritório Modelo Interdisciplinar de Assistência Técnica – EMI, envolverá os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Engenharia de Agrimensura. Atuará com projetos de urbanização, arquitetura, paisagismo e engenharia para implantação de equipamentos de cultura, esporte e lazer, no município de Forquilha, nas comunidades dos bairros Ouro Negro, Nova York e Vila Franca, que irá beneficiar cerca de 1.500 famílias. O processo de urbanização de Forquilha tem se dado de forma espalhada, com bairros ou loteamentos circundando ou circundados por áreas de uso agrícola, ou por remanescentes de depósitos de rejeitos carboníferos, produzindo custos elevados na implantação de infraestrutura e de equipamentos comunitários, em especial, relativos ao lazer, cultura, esporte e recreação. Nesse sentido, o EMI se propõe a ser um projeto colaborativo por meio da assistência técnica gratuita, no desenvolvimento de ações e projetos que envolvam entidades representativas das comunidades locais e a administração pública, visando contribuir para a viabilidade de projetos de equipamentos urbanos e comunitários. A metodologia de trabalho, portanto, parte da compreensão do problema por meio do contato sistemático com a comunidade. Isso significa que o projeto procurará identificar as necessidades dos usuários, partindo dos mesmos a definição do programa de necessidades a ser composto para o processo de projeto, por meio de oficinas participativas. O processo de projeto terá as seguintes etapas: 1. Identificação dos usuários; 2. Identificação das demandas espaciais; 3. Elaboração do programa; 4. Avaliação do projeto por meio de decisões conjuntas entre projetistas e usuários; 5. Finalização do projeto por meio de peças gráficas e modelos tridimensionais; 6. Retroalimentação durante o processo de execução das obras. A partir da elaboração do programa, os acadêmicos desenvolverão métodos e técnicas para traduzir as expectativas dos usuários. A participação, ao longo de todo o processo, possibilita que os usuários passem a ter maior clareza e domínio sobre o que pode ser planejado e o que vai ser efetivamente construído. As estratégias de ação se compõem de etapas que envolverão o Poder Público Municipal, o EMI, membros da ONG Coletivo Cultural Catavento e a comunidade beneficiada dos bairros Nova York, Ouro Negro e Vila Franca. Os primeiros contatos com a comunidade tiveram início no dia 15 de agosto, com uma saída de campo, envolvendo também alunos da disciplina de Estudos Urbanos, da sétima fase do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Palavras-chave: escritório modelo, equipamento públicos, esporte, lazer, cultura.

Fonte financiadora: PROACAD - Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias.

7979991 CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA NO TERRITÓRIO PAULO FREIRE: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O RECONHECIMENTO DO LUGAR EM QUE SE VIVE

**Martina Mrotskoski Niero, Andréa Rabelo Marcelino, Gabriel Alves Cardoso,
Gustavo De Lucca, João Sandrigo, Maurício Pamplona, Rodrigo Kerber Ferreira,
Thiago Da Silva Araújo, Elizabeth De Siervi**

Curso De Arquitetura E Urbanismo - CAU/ UNESC
Grupo De Pesquisa Sistema De Espaço Livres De Criciúma
Programa Território Paulo Freire – UNESC

Este trabalho apresenta o projeto extensão **“Cartografia participativa no Território Paulo Freire: resgate da cidadania pelo reconhecimento do lugar em que se vive”**, aprovado no Edital n° 122/2018/UNESC. A proposta está baseada na concepção de que a cartografia participativa é um instrumento de apoio ao fortalecimento da cidadania por ter como pano de fundo a melhora da qualidade de vida das pessoas que vivem na área de sua aplicação. Este instrumento se insere como produtor de conhecimento gráfico e simbólico de apoio ao reconhecimento do território e de apropriação dos espaços locais. O projeto tem como objetivo geral “Desenvolver mapeamento participativo no Território Paulo Freire, visando criar instrumentos cartográficos que qualifiquem o conhecimento da comunidade sobre o lugar em que vivem para aperfeiçoar suas demandas junto a gestão municipal”. A estrutura proposta se divide em três fases que acontecem em dois ciclos durante os dois anos de realização do Projeto. Cada ciclo desenvolverá o mapeamento em uma área pré-selecionada a partir da aproximação com os demais projetos do Programa Território Paulo Freire, completando um trajeto completo de: 1. Organização da ação, 2. Desenvolvimento; e 3. Resultados, avaliação e proposta de continuidade. Está proposta a articulação do Projeto com diferentes públicos, envolvendo um amplo espectro da dimensão comunitária (incluindo público escolar, de clube de mães e de idosos, agentes de saúde, grupos de jovens, professores etc). Destaca-se que o projeto é concebido a partir do envolvimento direto dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Geografia. Essa aproximação fortalece e amplia essas áreas de conhecimento a partir de aspectos semelhantes que são abordados de diferentes perspectivas, temas como gestão urbana, da produção e análise cartográfica, análise do território, da urbanização, da paisagem, entre outros fazem parte deste conjunto temático. Ainda nesta perspectiva, os pressupostos da ação cidadã e da abordagem participativa aqui abordados, são de caráter estruturador e tem grande contribuição neste contexto da interdisciplinaridade. A realização deste projeto trará novos subsídios para a prática de reconhecimento do espaço local, seja para produção de diagnósticos ou apenas de mapeamentos do território, na região de atuação da UNESC, contribuindo para que outras localidades conheçam os benefícios deste tipo de atuação metodológica que permite apoiar o diagnóstico local e sua integração as ações de planejamento e gestão para o desenvolvimento dos municípios ou localidades.

Palavras-chave: Cartografia Participativa, Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Extensão Universitária.

Fonte financiadora: UNESC



5265380 OS IDOSOS E A INCLUSÃO DIGITAL

Natália de Souza Varela¹, Ana Cleuzia Saldanha dos Santos¹, Ana Claudia Garcia Barbosa¹, Breno Francisco Rafael Pombo¹, Merisandra Côrtes de Mattos Garcia¹

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense (Curso de Ciência da Computação)

A inclusão digital, caracterizada pelo acesso as tecnologias de informação e comunicação, relaciona-se com os direitos básicos à informação, a liberdade de opinião, a cidadania e aos direitos humanos, reforçando-se a democracia e justiça social (MIRANDA, 2015). A fim de proporcionar à terceira idade inclusão digital, a ação de extensão denominada “Informática para a Melhor Idade” propõe a oferta de cursos de informática básica, internet e redes sociais para que os idosos aprendam a manusear as novas tecnologias. Dessa forma, deslumbram-se várias possibilidades de aprendizado, entretenimento e cultura à terceira idade. Durante o curso emprega-se metodologia específica para a terceira idade, tendo-se um ensino de forma gradual, respeitando-se os interesses e o ritmo de aprendizado desta faixa etária, realizando-se revisões contínuas do conteúdo. Também, são priorizadas atividades que tenham significado para os alunos, valorizando-se a sua história de vida e as suas expectativas, bem como identificando as suas dificuldades quanto ao uso do computador. A abordagem de ensino-aprendizado se fundamenta em aspectos que se referem ao conhecimento proximal, afetividade e socialização, ao respeito à realidade das pessoas, dando-se importância aos conhecimentos prévios, as relações de atenção, amor e amizade para com os alunos da terceira idade. A compreensão das tecnologias de informação e comunicação oportunizam a construção da cidadania e de acordo com Freire (2011) a capacidade de aprender pode oportunizar uma participação ativa na sociedade, constituindo-se em um instrumento de transformação e de emancipação. Considerando que a ação se encontra em fase inicial, ainda não temos resultados a serem apresentados, tendo-se realizado as aulas iniciais no que se refere a informática básica e internet, mas pode-se observar a motivação do grupo atendido. Estudos mostram que o conhecimento da internet pode beneficiar os idosos pela diminuição do isolamento social, melhora na autoimagem e no desempenho cognitivo, proporcionar novas aprendizagens por meio de cursos a distância, além de outros serviços. Outros benefícios que podem ser atingidos são os que se referem a uma melhora da qualidade de vida, por meio de ganhos cognitivos, motores e emocionais que podem ser obtidos por meio do uso da tecnologia.

Palavras-chave: Tecnologias de informação e comunicação, Inclusão digital, Idosos.

Fonte financiadora: Programa Institucional de Projetos de Extensão - UNESC.

Referências:

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MIRANDA, L. Direitos Humanos em Rede: Limites Estruturais à Cidadania de Máxima Inclusão no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação no Interior Brasileiro em Processo Social de Transição. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, ano 3, n. 5, p. 89-109, jan./jun., 2015.